DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA
DO-e-ALE/RO

Nº 045 | PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2020 | ANO IX

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA ..... Capa
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO 0380
SUP. DE RECURSOS HUMANOS 0382
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES 0383

TAQUIGRAFIA

ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORDENAMENTO TERRITORIAL E REGULARIZAÇÃO DO COMÉRCIO AMBULANTE NO ESPAÇO ALTERNATIVO, SITUADO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

(Em 5 de março de 2020)

Presidência do Sr.
Jair Montes - Deputado

(às 9 horas é 33 minutos é aberta a A.P.)

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, muito bom-dia a todos. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jair Montes, após aprovação em Plenário, realiza Audiência Pública para discutir sobre o ordenamento territorial e regularização do comércio ambulante no Espaço Alternativo.

Dessa forma, nós convidamos para compor a nossa Mesa de Honra: Sua Excelência Deputado Estadual Jair Montes, proponente desta Audiência Pública; Senhor Sérgio Gonçalves, Superintendente Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura – SEDI, que neste ato representa o Governo do Estado de Rondônia; Senhor Eliseu Lira, Diretor-Geral da Vigilância Sanitária em Saúde – Agevisa; Senhor Francisco Meleiro Neto, Coordenador de Infraestrutura do DER - Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia; Senhora Maiara Marjorie Rocha, Chefe de Seção de Projetos e Expansão de Iluminação Pública da Emdur, mestranda do curso de Geografia da UNIR, que representa a nossa UNIR nesta oportunidade; Senhor Walmir da Silva Ferreira, Gerente da Divisão de Vigilância Sanitária Municipal; Senhor Rainey Viana, Diretor do Departamento de Postura, que representa, nesta oportunidade, a Prefeitura de Porto Velho; Senhor Lindomar Carreiro, Assessor do Prefeito de Porto Velho, representando, nesta oportunidade, toda a cúpula do PSDB - ele é o Presidente do partido na nossa capital; Senhor Irimar Inajosa Ferreira, Presidente do Comércio dos Vendedores Ambulantes, Camelôs, Feirantes e similares da capital, Porto Velho; Senhor Vanderlei Oriani, Presidente da Associação Comercial de Rondônia; Senhor Alex Marinho Borges, Presidente da Associação dos Ambulantes do Espaço Alternativo. Os senhores estejam à vontade para tomar assento.

Neste momento, Sua Excelência, o Deputado Estadual Jair Montes, procederá à abertura desta Audiência Pública.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Invocando a proteção de Deus em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para discutir sobre o ordenamento territorial e regularização do comércio ambulante no Espaço Alternativo.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) - Procedendo com a composição da Mesa, nós queremos convidar o Senhor Francisco Holanda, Presidente do Instituto da Ação Empresarial, para que, por gentileza, se acomode junto às nossas autoridades.

Nós convidamos àqueles que puderem neste momento para que se coloquem de pé. Juntos, cantaremos o Hino Céus de Rondônia (letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Melo e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

MESA DIRETORA

Presidente: **LAERTE GOMES**
1º Vice-Presidente: **ROSÂNGELA DONADON**
2º Vice-Presidente: **CASSIA MULETA**

1º Secretário: **ISMAEL CRISPIN**
2º Secretário: **DR. NEIDSON**
3º Secretário: **GERALDO DA RONDÔNIA**
4º Secretário: **EDSON MARTINS**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - ***Hélder Risler de Oliveira***
Departamento legislativo - ***Maria Aparecida Silva N. Lima***
Divisão de Publicações e Anais - ***Róbison Luz da Silva***

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) - Podem tomar assento. Com a palavra Sua Excelência Deputado Estadual Jair Montes, proponente desta Audiência Pública, que procederá as suas palavras referentes a este momento para nossa capital e para os senhores que trabalham todos os dias e se doam de corpo, alma e coração em prol do comércio de Porto Velho.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Bom dia a todos. Bom dia a todas. Primeiro lugar, eu quero agradecer a Deus a oportunidade de mais uma vez estarmos aqui, na condição de deputado estadual, para que possamos tratar de assunto tão importante e relevante para o Estado de Rondônia e em especial para a nossa capital, Porto Velho.

Eu quero aqui, desde já, agradecer a presença do Excelentíssimo Senhor Sérgio Gonçalves, nesta hora representa o Governo do Estado de Rondônia, o Coronel Marcos Rocha. Sérgio Gonçalves é Superintendente Estadual de Desenvolvimento Econômico. É isso mesmo? Seja bem-vindo, Sérgio, e mande um abraço ao nobre Governador. O Senhor Eliseu Lira, Diretor-Geral da Vigilância Sanitária em Saúde, Agevisa. Senhor Francisco Meleiro Neto, Coordenador de Infraestrutura do DER, representando o DER e o Coronel Meireles, Diretor do DER. A Senhora Maiara Marjorie Rocha, Chefe de Seção de Projetos e Expansão de Iluminação Pública da Emdur. Seja bem-vinda. Mande um abraço para o nosso gordinho lá, o Thiago Tezzari. O Senhor Walmir da Silva Ferreira, Gerente da Divisão de Vigilância Sanitária Municipal. Seja bem-vindo aqui conosco. Senhor Rainey Viana. Cadê ele? Esse homem é importante, viu? Aqui ele. Está magro, não é? Diretor do Departamento de Postura. Quando eu era vereador, o Rainey era mais fortinho. Senhor Lindomar Carreiro, amigão meu, de tempos - não é, Lindomar? Hoje estamos aqui juntos. Lindomar é assessor da Prefeitura Municipal de Porto Velho e Presidente do Partido PSDB, também representa aqui o Prefeito Hildon Chaves. O Senhor Irimar Inajosa Ferreira, Presidente do Comércio dos Vendedores Ambulantes, Camelôs, Feirantes e Similares do Município de Porto Velho. O Senhor Vanderlei Oriani, outro amigão nosso, também Presidente da Associação Comercial de Rondônia. O Senhor Alex Marinho Borges, Presidente da Associação de Ambulantes do Espaço Alternativo. E o nosso amigo, o Senhor Francisco Holanda, Presidente do Instituto de Ação Empresarial.

A gente, na condição, até 2018, eu estava vereador nesta capital e fiz dois mandatos. Nós acompanhamos as obras de um local do espaço muito bonito que nós temos em Porto Velho, que é Espaço Alternativo. E ali foram gastos milhões de reais, com muitas dificuldades, não é, porque tudo que é feito em Rondônia, infelizmente, nunca se termina. Esse é o grande problema: começa, não termina; sempre fica pela metade e se gasta milhões de reais. Mas foi entregue aquela obra de maneira ainda - não entregue, ainda, mas a obra está quase concluída - e agora eu me torno, chego a deputado estadual e os problemas que nós temos como vereador não mudam muito, porque nós somos a capital, os problemas que enfrentamos como deputado estadual. Mas só que deputado estadual, infelizmente ou felizmente, apanha menos que vereador. Vereador apanha toda hora, não é? O deputado apanha menos; que era para apanhar também igual a vereador, porque é um político igual ao vereador, não muda nada.

E a gente teve a obrigação de estar fazendo hoje esta Audiência Pública, Lindomar, porque é o momento de a Assembleia Legislativa; é o momento do Governo do Estado; é o momento da Prefeitura de Porto Velho chegarmos a um acordo, porque quem faz o ordenamento é o Poder, somos nós, o Poder, os Poderes. Não é a população. A população, ela vai, ela paga seus impostos e quer ter o benefício deles. E a gente fez uma pesquisa. E é impressionante, aqui tem os ambulantes. E eu quero deixar claro que eu não sou contra ambulantes, eu não sou contra ninguém. Neste momento nós temos que trabalhar o ordenamento do Espaço, não é?

Aqui eu estou vendo comandantes, aqui, da Base Aérea, sejam bem-vindos a nossa Audiência, que estão bem ao lado de vocês, não é? Estão bem ao lado ali. E eu tenho certeza que cederam ali aquela parte para o estacionamento. Muito obrigado.

Então, você passa hoje pelo Espaço Alternativo, que é o espaço que foi pensado em primeiro lugar no embelezamento; foi pensado numa estrutura para Porto Velho; foi pensado para o cidadão fazer a sua caminhada, o seu exercício físico, tornou o que se tornou hoje, por quê? Porque não tem a fiscalização devida que deveria ter. De quem é a culpa? É da Prefeitura? De quem é a culpa? É do DER? Eu não quero saber de quem é a culpa, nós queremos sair daqui hoje com uma solução de em quanto tempo nós vamos ordenar e organizar o nosso tão lindo Espaço Alternativo.

A população de Porto Velho, hoje, não tem local para ir com a família. Infelizmente, não temos. Não temos. Essa é a realidade. Ou você vai para o shopping e, às vezes, se vai sem dinheiro vai olhar os outros comerem e vai dar água na boca, vai cair uma água pela boca e não vai comer nada, ou você vai para aquele parque ao lado, que nós temos ou o Parque Circuito ou você vai lá naquele antigo Parque Ecológico, agora mudou - não é, Rainey? Agora ali ficou Parque Natural, que é muito bonito ou você vai aqui para o Espaço Alternativo. E, daqui a pouco, a Prefeitura está terminando a obra bonita aqui da beira rio e você vai poder ir. Então, são poucos lugares que a população pode levar a sua família.

Agora imagina você levar o seu filho, levar uma pessoa que veio de fora visitar Porto Velho, levar um choque de 220 volts no Espaço Alternativo, porque, pasmem vocês, nós temos até mini roda-gigante, nós temos até aqueles carrinhos de bate-bate. Então assim, ninguém consegue mais andar, ninguém consegue mais... Aquilo que foi projetado, senhores, nós não conseguimos mais ter o embelezamento e muito menos o ordenamento.

Então, a nossa ideia aqui é: vamos sentar, antes de começar esta Audiência, eu gosto de fazer minhas audiências públicas e ter resultado. Não adianta fazer Audiência para aparecer, para ter aplauso. Eu não quero isso, eu quero ter resultado. O mais importante é o resultado. Eu vou passar pelo mandato, amanhã eu sou um cidadão comum, não sou mais um deputado, mas eu quero deixar um legado como deputado como deixei um legado como vereador. Então, eu vou pedir para vocês "perdão" e pedir 10 minutos para que nós possamos, a Prefeitura de Porto Velho, o Governo do Estado, a gente reunir ali rapidamente, para chegarmos já em um consenso e para voltar aqui na Audiência e chegar para bater o martelo daquilo que precisa fazer. Porque aqui ninguém vai abrir um palco de

discussões, que é besteira. Está certo? Então não é isso que nós queremos.

Eu creio que vocês ambulantes, vocês população de Porto Velho querem um resultado. E o resultado é o que? DER, o que falta para entregar a obra? "Falta isso." Quando vai começar e quando entrega. Prefeitura, o que pode ajudar? "Eu consigo ajudar com isso". Vamos fechar, bater o martelo? "Vamos". São seis meses, é um ano? Então pronto, vamos chegar aqui com uma posição e cada um pode falar, está certo? Aí nós temos aqui a Agevisa, temos aqui a Prefeitura, temos aqui a UNIR, temos aqui empresários. Pode ser assim, pessoal? Então, muito obrigado mais uma vez.

Nós vamos então, neste momento, dar uma pausa de 10 minutos, contados no relógio, pode ser até antes, e eu vou convidar aqui os representantes do Governo do Estado, DER e da Prefeitura para que nós possamos ir aqui à sala vip ao lado, nós temos ali uma água mineral para vocês, e vamos bater o martelo para que possamos resolver, de uma vez por todas, esse espaço tão bonito que é o espaço do porto-velhense, do rondoniense.

No mais, muito obrigado. Que Deus abençoe a todos.

(Suspende-se esta Audiência Pública às 9 horas e 48 minutos e reabre-se às 10 horas e 14 minutos)

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, retomando a nossa Audiência Pública nós queremos fazer menção e um agradecimento de forma muito especial às senhoras e senhores vendedores ambulantes, mulheres e homens valorosos da nossa capital; Senhor Alecsandro Oliveira, Vice-Presidente da Associação do Espaço Alternativo, os nossos cumprimentos; o TEN PM Costa, que representa o Comando da Polícia Militar, a briosa Polícia Militar, os nossos cumprimentos; 1º SGT da Força Aérea Brasileira Vagner das Graças Cruz, encarregado da Sessão de Patrimônio do Grupamento de Apoio de Porto Velho, que representa a Ala Meia nessa oportunidade; Senhora Solange Pires, Inspetora da Vigilância Sanitária em Saúde, também está conosco; os nossos cumprimentos ao Senhor Eudes Claudino, assessor do Prefeito Hildon Chaves; Senhor Fábio Camilo, Presidente da Federação Nacional dos Comunicadores – Fenacom também está conosco.

A partir deste momento, Sua Excelência, o Deputado Estadual Jair Montes procederá com a nossa Audiência Pública.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado a todos pela paciência, mas foi importante essa reunião prévia nossa, porque se não faz essa reunião prévia, a gente vai discutir aqui até à meia-noite e ainda ia sair daqui sem nenhuma solução. Então assim, eu gosto de ser muito prático nas minhas coisas. Eu acredito que nós temos aqui muitos representantes, mas nem todos precisam falar. O mais importante de tudo agora, é: "Ah, como vai ordenar os ambulantes? Vão vender o quê? O que vão usar?" Não temos como discutir isso agora se não entregar a obra. Então, o primeiro passo é entregar a obra.

Então, eu vou passar a palavra, aqui, para o Rainey, certo? Vai dar uma explanação bem sucinta, Rainey, daquilo que a gente falou: o que a Prefeitura tem de parceria com o Estado hoje; qual a obrigação da Prefeitura nesse caso, do que está acontecendo. Você me passou ali atrás que essa obrigação é em parte ainda, não é toda completa porque têm muitas coisas que não podem ser feitas porque você não tem ainda o domínio total do Espaço. E depois nós vamos passar aqui para o DER para sabermos o que o Governo do Estado está fazendo e em quanto tempo essa obra vai para a licitação e provavelmente para a entrega final, certo? Então, depois, além do Rainey e o nosso amigo Francisco, do DER falaram, se tiver alguém que queira se manifestar, a gente vai abrir um espaço de 5 minutos aí para que as pessoas falem, está certo? Então vamos lá.

Com a palavra, o Rainey.

O SR. RAINEY VIANA – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa, todos aqui presentes. Como nós falamos ali atrás para o Deputado e os demais componentes da Mesa, o Espaço Alternativo, quando foi idealizado ali, ele foi idealizado para prática esportiva e de lazer da comunidade porto-velhense. Quando ele foi idealizado, não havia a quantidade de vendedores ambulantes que hoje compõem o Espaço Alternativo. Quando ele foi projetado, foi projetado com uma certa demanda. Existiam alguns ambulantes ali que não necessitavam de tanta energia elétrica, os produtos que eles vendiam não eram produtos que necessitavam desse fornecimento de energia e, além disso, alguns usuários também do Espaço. Não é somente, como eu falei ali atrás, culpa do comércio ambulante ali, pelo que está acontecendo no Espaço Alternativo. Nós temos ali alguns usuários que, às vezes, mal-intencionados ou simplesmente sem a noção exata do viver em sociedade, acabam transpassando o feito legal. Na realidade ele fere o direito de todos nós.

Diante disso, o Governo do Estado de Rondônia teve a ideia de fazer aquele Espaço Alternativo, de criar aquele espaço para a comunidade porto-velhense, porém, nós temos ali algumas limitações como Poder Público Municipal, como Prefeitura do Município de Porto Velho, que é a questão legal. Alguns perguntam: "Por que vocês não legalizam os ambulantes que estão ali? Porque infelizmente nem todos os ambulantes que estão ali vão ser contemplados naquele espaço. Não posso ser aqui leviano e dizer que 100% vão ser atendidos. Não vão ser atendidos, até porque o Espaço não tem o suficiente onde está sendo idealizada a colocação dos ambulantes; a forma com que vocês vão ser dispostos ali, porque aquela passarela, naquele canteiro central, infelizmente, não vai ser possível colocar comércio ambulante nele. O Ministério Público tem cobrado o Projeto que foi idealizado o Espaço Alternativo, que não contemplava nenhum tipo de comércio ali na frente. Vocês perguntam: "Mas têm 3 quiosques ali?!". Aqueles quiosques que foram colocados ali, infelizmente, depois que foram construídos, descobriram que não poderia ter comércio no meio da pista porque o Código de Trânsito Brasileiro proíbe qualquer construção de comércio no meio da pista e canteiro central. E ali, para que não houvesse a demolitória, foi proposto no Ministério Público que ali se transformasse em quiosques de serventia à comunidade. Foi oferecido para que a Polícia Militar fizesse uma base, para que o SAMU fizesse uma base, que a Prefeitura fizesse uma base. Ainda está sendo feito um estudo sobre o que será oferecido naqueles 3 quiosques. Tem ali também os banheiros públicos. E aí, na época em que foi idealizado, esqueceram de um detalhe: que banheiro precisa de água. E aí não foi feita a

ligação de água para eles. Por isso aqueles banheiros não funcionam. E hoje, o Governo do Estado, dentro do projeto, para poder restaurar aquele canteiro central, já colocou no orçamento a construção de 3 poços artesianos ali. Para que pudesse ser oferecida água e ter um banheiro público ali para a comunidade.

Mas o que nós falamos ali atrás é que está saindo um decreto municipal, está em análise jurídica, um decreto que vai regulamentar o uso, não somente para o ambulante, mas para o uso do dia a dia ali, de todos que fazem uso do Espaço Alternativo. As pessoas que vão frequentar, também vão ter os seus deveres ali. Até porque a Infraero, aquela área lá, para quem não sabe, é uma área de segurança aeroespacial, correto? Ali, se você for pegar o Programa de Segurança Aeroespacial da Infraero, aquilo lá, tudo faz parte desse projeto. Questão de fuga: Deus defenda, mas se acontece um acidente no aeroporto, a rota mais próxima para socorro é ali, aquela Jorge Teixeira. Por isso que eles sempre batem na tecla de que não podemos criar ali nenhum tipo de impedimento para que chegue o socorro rápido ao aeroporto.

Nós sabemos da dificuldade que ocorreu na conclusão daquela obra, e o Governo do Estado, para ele concluir, para passar para o município em definitivo, ele tem que concluir a obra, tanto do canteiro central, quanto a sinalização, quanto o estacionamento. Mas nesse intervalo o Município, com o Governo do Estado de Rondônia, fez um Termo de Gestão Compartilhada, justamente para que nós pudéssemos regulamentar o uso dali. E o nosso Prefeito, Dr. Hildon, preocupado com isso, pediu a minuta do Decreto, onde vai contemplar sim algumas atividades econômicas ali num local adequado, num local apropriado e de forma adequada, desde que o ambulante atenda as normas, as exigências legais das legislações, tanto da Vigilância Sanitária, quanto ambiental, quanto da própria segurança da Infraero, da Base Aérea. E, dessa forma, vocês vão ter o direito (não todo mundo, volto a falar), mas alguns vão ter o direito de estar trabalhando de forma legal. O projeto é ter um ordenamento, um local apropriado, onde vocês vão poder montar uma barraca-padrão, no estilo (vou citar aqui de antemão para vocês), vai ser no estilo ali da Praça Aluísio Ferreira, aquelas barracas padronizadas. Não vai poder colocar carrinho, trailer, *food truck*. Não vai ser possível, porque senão não vamos atender um número maior de pessoas. Porque se nós formos olhar a quantidade de *food truck* que tem, cria problema na rede elétrica por conta das resistências altas, que aí (a nossa engenheira, arquiteta da Emdur tem o conhecimento melhor, o conhecimento técnico da demanda de energia elétrica ali que é necessária), nós não iremos atender nem 30% dos ambulantes. Nós não queremos isso, nós queremos atender o maior número possível, desde que seja legalizado, regulamentado e com regramentos. Deputado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado, Rainey. Vamos ouvir agora o DER. E aquilo que eu falei: tudo isso, a gente precisa que o Governo do Estado conclua a obra, para que a Prefeitura tenha o poder e o domínio total, pleno e faça aquilo que o regramento do município, as leis municipais - não é, Rainey? - estipula, o que se vê ali. Então assim, hoje a Prefeitura está como uma coparceria com o Estado, que o Estado não tem condição, não tem essa mão de obra-fim. Então, a Prefeitura hoje vem fazendo isso. Para vocês terem uma ideia, parece-me que trocaram ontem - não é isso, Emdur? -, trocaram foi o transformador que estourou, não é?

A SRA. MAIARA MARJORIE ROCHA - A quantidade de ambulantes que vem diariamente chegando ao ponto causa uma sobrecarga na rede. Muitos levam seus geradores, mas alguns não têm essa consciência e utilizam da implantação da sua rede do seu ponto diretamente no poste. Ocorre que diariamente a gente vem fazendo as manutenções nesses pontos, e aí as pessoas começam a reclamar que o Espaço Alternativo está abandonado, está apagado, mas é justamente por conta da sobrecarga desses ambulantes nesses postes de iluminação. Então, em vez de a corrente alimentar a iluminação nos postes, ela vai diretamente para o ambulante. Então é muito comum a gente ir para lá e ver todos os ambulantes iluminados, mas a rede, sim, está apagada. Então, a gente volta naquela questão dos gastos do dinheiro público voltado para fazer várias manutenções em todas as semanas. Então, a gente está comprando material para melhorar...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - E nós estivemos lá agora: a metade do Espaço as lâmpadas apagadas, não é? E fizeram manutenção ontem. E o Secretário me falava, o Presidente do Emdur, que parece que estourou um transformador. Estavam fazendo a troca de outro. Isso tudo é custo para o município.

Então, com a palavra agora o nobre arquiteto - agora eu vou acertar: "arquiteto". Uns chamam de "Frank" e ele é Francisco. Então, vamos lá.

O SR. FRANCISCO MELEIRO NETO - Bom dia a todos. O "Frank" é arrependimento de mãe, viu? Bom, o DER, nessa nova gestão, quando o Coronel Marcos Rocha assumiu o Governo, ele se atentou ao problema que havia no Espaço Alternativo e prontamente ele nos solicitou que concluíssemos os projetos necessários para a construção, para o uso completo do Espaço Alternativo. Mediante essa determinação do nosso Governador, nós nos deparamos com os projetos e tivemos que fazer várias adaptações a ele. Por exemplo: no bolsão de estacionamento não havia drenagem, não havia iluminação, não havia cercamento. Só havia um asfalto sobre o terreno limpo que existe lá hoje. Então, mediante isso, nós tivemos que fazer todo um projeto novo. O projeto contempla o canteiro central, arrumando todos os equipamentos que estão quebrados, que estão danificados; academias de ar livre para terceira idade, para deficientes, para o uso da população em geral; um "parcão", para quem caminha com seus cachorros, vai ter um espaço para eles ali. Os quiosques, inclusive – o Rainey disse bem -, vão ser feitos poços para poder abastecer os banheiros e bebedouros em cada um dos três pontos; bebedouros para a população que caminha, que utiliza ali, poder estar utilizado esse recurso, que muitas vezes as pessoas vão dentro do aeroporto para tomar água, não é? E haverá também esse recurso lá para o usuário. O canteiro central será todo feito, será iluminado, será pavimentado, cercado; só a frente para a avenida que será aberta; e também será feita toda uma nova sinalização no entorno das vias. Também será feita uma ciclovia ali naquele local, interligando aquela ciclovia que segue hoje em dia ali no aeroporto.

A prefeitura também tem um projeto que a ciclovia virá e interligará com a nossa..., ali no começo do Espaço Alternativo. Os projetos estão em fase de conclusão, acredito que neste mês nós já temos o projeto pronto com a planilha orçamentária, apto para podermos licitar. Estamos na dependência também da Sema para liberação da licença ambiental, que a prefeitura é quem rege essa parte, por ser um equipamento dentro do município. Então nós já demos entrada na Sema; está sendo analisada; acredito que nos próximos dias o Secretário já vai nos conceder a prévia para a gente poder licitar.

Após a licitação, nós temos 18 meses para a conclusão em nosso cronograma para a conclusão da obra. Nós vamos atacar em três frentes, que seria o canteiro central, o estacionamento bolsão e posteriormente a sinalização viária. Aí estaria pronto o Espaço Alternativo para o uso e aí, a partir desse momento, a gente passaria definitivamente para a prefeitura, onde ela poderia, então, ter toda a prerrogativa para poder fazer os seus decretos e as suas manutenções, além da questão dos ambulantes.

Então, o Governo do Estado está empenhado. Trabalhamos afinco para poder entregar um equipamento, para a população e para vocês que trabalham lá, de qualidade e acreditamos que isso vai ser feito o mais rápido possível.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Então, pois bem. Vamos lá, para deixar a população bem informada, e de maneira transparente, na reunião que fizemos agora a pouco aqui ao fundo, ficou acordado e vamos colocar em ata, o Estado de Rondônia, através do Governador Marcos Rocha, por ordem do Governador Marcos Rocha, já determinou ao DER que colocasse o recurso necessário para a finalização do Espaço Alternativo no PPA. Correto, Francisco?

O SR. FRANCISCO MELEIRO NETO – Exatamente.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – O projeto está sendo finalizado; ele será encaminhado, provavelmente, até o fim desse mês, chegará a SUPEL. Eu me coloquei à disposição, como Deputado e Assembleia, para que nós possamos trabalhar, se o Governo precisar, junto a SUPEL, o DER, com o Ministério Público e o Tribunal de Contas, para que não possamos ter a surpresa de um dos órgãos, lá na frente, vir pedir o processo, entrar com embargo e paralisar, como paralisou a obra no passado.

O Governo do Estado, o DER, ele colocou que ele pode, a licitação chegando, tem todo um rito, chegando à SUPEL, isso pode demorar de dois a três meses para licitar. Isso é óbvio, é claro. E tem mais uns três a quatro meses para finalizar a primeira parte da obra, que é o canteiro central. Não é isso, arquiteto?

O SR. FRANCISCO MELEIRO NETO – Estamos avaliando essa possibilidade de atacar primeiramente o canteiro central em três meses, para a empresa atacar ele como um todo e entregar. Aí cabe uma ressalva, viu, deputado? Pedir a vocês que trabalham lá, vocês que utilizam, que vocês sejam agentes fiscalizadores. Porque, às vezes, a gente está começando a obra aqui no começo, aqui na cabeceira, na hora que está chegando lá, a obra está chegando láno aeroporto, aqui já está tudo deteriorado de novo. Então a gente precisa, com o apoio de vocês, se vocês virem alguma coisa, denunciem, mostrem. Nós queremos que esse espaço seja de uso permanente e que nós nos conscientizemos disso - não é, Deputado?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Então, Kid, é bom você estar aqui, a gente colocar em ata, e que vai ficar depois para avaliação do Governo do Estado. O Governo quer isso, mas vai ficar mais a critério da prefeitura através da SEMUSB e também do Prefeito Hildon Chaves.

A proposta do DER é que quando retornarem as obras e começarem a entregar por parte, o DER vai entregando à prefeitura a obra já concluída, a parte, para a prefeitura já tomar conta; e assim vai. Então, se a obra for dividida em três ou quatro ou cinco partes, toda vez que entregar uma parte, a prefeitura já assume essa parte para evitar o que está acontecendo, de não chegar na última parte, quando voltar, de novo, estar tudo deteriorado.Então, vamos colocar em ata e, aí, os Executivos, estaduais e municipais, definem: "opa, ok. Tudo ok."

Então, sai desta Audiência essa proposta de que quando o Governo do Estado entregar as obras por partes, a Prefeitura vai assumindo essas partes, está certo assim? Foi o que a gente conversou lá.

Então, essa é uma boa notícia, porque às vezes a população que, também não tem o direito de saber, ela vai cobrar, ela tem o direito de cobrar, quem tem que dar satisfação é o Poder Público, correto? A população vai cobrar. Mas é importante salientar que na gestão passada saiu do Governo e não deixou, infelizmente, não deixou o orçamento no PPA. Se não tem orçamento no PPA, esquece. Se o Governo do Estado viesse aqui hoje e falasse para nós: "Nós vamos fazer a obra, mas tem orçamento, Governador? Tem orçamento, DER?" "- Não, ninguém colocou no PPA." Então era só falácia, era mentira. Então ficou bem claro agora. Então, existe um orçamento que vai passar de R$ 6 milhões essa obra, o término dela, então já uma boa notícia.

Essa obra pode demorar ainda, eu achava que fosse mais rápido, mas ela pode levar de 1 ano a 1 ½ para entrega total da obra, não é isso? Que fique bem claro, para a gente não sair daqui com falsas ilusões e falsas expectativas. Ela pode ainda ser entregue na gestão do Prefeito Hildon, eu não sei se o Prefeito Hildon ganha a reeleição, ou na outra gestão, de 2021, em outra prefeitura. Mas o que nós não podemos é parar a coisa pública. O Governo não pode parar, a Prefeitura não pode parar, está certo? Então, nós temos o compromisso aqui do DER - é isso, DER? Temos o compromisso do DER, que o DER vai fazer a sua obrigação de fato e de direito.

O SR. FRANCISCO MELEIRO NETO – Perfeitamente. Nós temos um termo de gestão compartilhada com a Prefeitura no qual reza exatamente isso, Deputado, que a parte do DER seria de concluir as obras. E esse prazo, esse cronograma às vezes um pouco dilatado, ele se deve a sazonalidade das chuvas. Não que vá parar a obra, mas ela pode seguir em um ritmo um pouco mais lento durante esse período.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - É, mas agora vem "verãozão" pela frente aí e a tendência agora é...

Eu vou abrir a palavra, alguns dos convidados aqui? Então eu vou passar a palavra e se tiver mais alguém, vão se inscrevendo aqui comigo que eu já vou chamando para a gente ser rápido. Você vai ter de três a cinco minutos, o Sérgio, representando o Governo do Estado e Superintendente da SEDI. Para você ter uma ideia, o que é a SEDI? A SEDI é uma instituição do Governo do Estado, das quais é responsável pelo Parque Industrial do Estado de Rondônia. Então, aquele parque que nós temos ali perto da Santa Marcelina, perto da Polícia Rodoviária Federal é de responsabilidade do Estado, que também está louco para entregar para a Prefeitura, não é isso também, SEDI? Então ele vai falar agora.

Com a palavra o Sérgio Gonçalves.

O SR. SÉRGIO GONÇALVES DA SILVA – Obrigado, Deputado. Sem querer ser repetitivo e bem breve, cumprimentar a todos, o Deputado, obrigado pelo convite, cumprimentar toda a Mesa, todos os presentes.

Um breve comentário sobre a questão da vontade política. Curiosamente, eu participei de uma audiência há uns 20 dias com o Governador e com o Prefeito, era outro assunto, não era esse assunto do Espaço Alternativo, mas foi abordado o assunto, e ali eu pude ver a questão da vontade política. Então, o Governador quer resolver a questão e na reunião ficou claro que o prefeito também quer resolver a questão. Então há a vontade política dos dois principais envolvidos. Tem recurso, já foi falado aqui e me parece então e é muito pertinente essa mobilização do Deputado Jair, que precisa dessa questão prática mesmo para que realmente as coisas andem e me parece que o nosso desafio é vencer a burocracia. Ou seja, a gente acelerar essa entrega e fazer o que precisa ser feito para que, de fato, as famílias, todos nós possamos usufruir do Espaço Alternativo com tudo o que ele pode dar para nós.

A gente sabe que Porto Velho a gente tem um desafio grande de proporcionar lazer para a população. Não temos tantos espaços assim e o Espaço Alternativo, talvez seja um dos principais e ter ele terminado e com qualidade para todos nós usufruirmos eu acho que é grande entrega sim para a cidade.

Então, o Governador está comprometido com isso. A SEDI – Superintendência de Desenvolvimento Econômico é responsável por esse eixo de desenvolvimento do Estado. O que depender de nós, Deputado, nós estamos lá para contribuir e acompanhar também o processo para a gente vencer esse inimigo comum que é a burocracia e, de fato, a gente fazer as coisas acontecerem. Obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado, Sérgio pela sua explanação.

Aqui a nossa amiga Maiara, representando a Emdur.

A SRA. MAIARA MARJORIE ROCHA – Bom dia. Obrigada pelo convite, estar representando aqui duas entidades, a Emdur e a Universidade Federal de Rondônia.

No que tange ao consumo de energia, a gente não quer de nenhuma forma que vocês trabalhem sem ter a infraestrutura necessária. Então a gente vai, junto com o Estado, junto com o Setor de Postura, verificar onde seriam esses posicionamentos que vocês poderiam atuar e da parte de vocês, o que a gente precisa é saber que tipo de serviços vocês vão oferecer. Então, se eu vou vender pamonha, o que eu preciso para fazer a pamonha ou para fazer o milho? "Eu preciso desse equipamento e desse equipamento." Porque a gente vai balancear a energia necessária para "nesse quadrado aqui cabem oito barracas." Nessas oito barracas, eu preciso saber o que vai ser consumido de energia para que nós da Prefeitura Municipal e da Empresa de Desenvolvimento Urbano, possamos balancear uma energia e alimentar as barracas para que vocês tenham uma infraestrutura necessária para que não ocorra o problema que a gente vê hoje, da falta de iluminação por conta dessa sobrecarga de consumo de energia. Então a gente conta, posteriormente, junto com o setor de Postura, com o apoio de vocês, porque uma vez cadastrados os equipamentos que vocês vão utilizar, eu não posso ter: "Ah, eu decidi vender mais outras coisas. Vou levar mais um freezer, vou levar mais alguma coisa". Não vai dar porque senão vai cair no mesmo erro de sobrecarga. Então tem que definir bem que tipo de equipamentos vocês vão utilizar e aí a Postura tem o próprio regramento. Então eu conto com o apoio de vocês também, para a gente poder trabalhar juntos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Mais alguém? Os ambulantes? Nosso amigo Alex. Alex, representando os ambulantes.

O SR. ALEX MARINHO BORGES – Bom dia a todos. Estou hoje aqui, representante dos ambulantes do Espaço Alternativo. Não é nenhuma surpresa para nós os problemas que nós enfrentamos lá no Espaço Alternativo, de energia, de vandalismo. Só que a gente que faz parte da Associação, os associados lá da Associação dos Ambulantes do Espaço Alternativo, nós temos nosso grupo, nós estamos sempre nos comunicando e tentando evitar, o máximo possível, esses transtornos. Cada ambulante lá tem o seu lixeiro, faz a sua limpeza, cata o seu lixo. Só que têm ambulantes que vão para lá e são aqueles que vão lá uma vez ou outra, e fazem aglomeração naquele espaço e causam transtornos a todos nós. E são esses que causam problemas. Por quê? Todos os ambulantes lá, que estão cadastrados na Associação, hoje nenhum faz furto de energia lá. Cada um, o pessoal que é lá do início, tem os seus postes de energia que fazem parte da residência do Felipe Água de Coco, do Praia também, e os que estão mais para cima, todos fazem uso de gerador de energia (que não é a melhor solução devido ao barulho, devido a ter fio passando), mas infelizmente foi a maneira mais correta que a gente achou para trabalhar e evitar transtornos aos cidadãos e a nós mesmos, porque a sobrecarga de energia gera o quê? Apagão e a gente não consegue trabalhar no apagão e nem o cidadão consegue fazer a sua atividade no Espaço Alternativo.

Então, quem faz o uso de rabicho, uso de furto de energia, não é o pessoal da Associação do Espaço Alternativo, entendeu? São outros ambulantes que vão lá e que nem querem trabalhar lá. Vão de curiosos, de turistas, e causam transtorno a todo mundo.

A gente já está nessa batalha há muito tempo. Eu já tenho 17 anos lá, o Dan já tem quase 8 anos, a Raiane tem 5, o Alex tem 7. Muita gente já trabalha lá há muito tempo, entendeu? Para a maioria dessas pessoas, que cada uma de quem eu falei é uma pessoa, é uma família que recebe o

sustento daquele comércio do Espaço Alternativo. A gente precisa do quê? De união e do apoio das autoridades para poder regularizar a gente. Nós somos os maiores interessados nessa regularização. Porque, querendo ou não, aquilo ali é o nosso ganha-pão, é oque nós temos, entendeu? E nós estamos aguardando as soluções das autoridades e vamos fazer da melhor forma possível.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Tem mais alguém à Mesa que gostaria de usar a palavra? Palavra ao Lindomar Carreiro, representando o Prefeito de Porto Velho, Dr. Hildon Chaves.

O SR. LINDOMAR CARREIRO – Primeiramente, bom dia a todos. Deputado Jair, parabéns pela iniciativa, tá? E o Governo do Estado, junto com a Prefeitura, para regulamentar os camelôs que ficam ali, os ambulantes - não é? - que ficam ali no Espaço Alternativo. Eu caminho ali direto, eu sei que não é fácil ficar caminhando ali no Espaço, aquele monte de cadeira ali no meio. Eu fico feliz de você ter tomado essa iniciativa de chamar aqui o DER, chamar na responsabilidade. E a gente precisa, sim, de estarem todos regulamentados, para não acontecer como outras pessoas que depois ficam denegrindo a imagem dos nossos guerreiros na rua, que ficam fiscalizando, e estar prendendo e jogando... Não. Não é bem assim. A gente precisa de estarem todos regulamentados. Eu sou comerciante também, na área de vocês, da alimentação e a gente trabalha todos regulamentados. Parabéns aí, pela iniciativa – viu, Deputado Jair? Eu fico feliz que você está preocupado com a nossa cidade e a nossa cidade precisa, sim, de ter cara de capital e ficar bonita, que mudou muito a nossa cidade. A nossa cidade, a entrada era horrível e hoje está bonita e nós precisamos preservar o Espaço Alternativo. Muito obrigado a todos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Isso é verdade, Lindomar, parabéns também. Leve meu abraço ao Prefeito Hildon Chaves. Eu sei que a cidade de Porto Velho é um desafio muito grande. Não adianta só o Poder Público fazer sua parte se a população não coopera. Prova disso eu vi no último carnaval, aí, foi no sábado. Um dos blocos passou e deixou um furacão em Porto Velho: as ruas todas cheias de lixo. Então não adianta você preparar... Eu lembro que, quando eu era criança, eu morava numa casa de madeira. Até hoje a mesma casa nós temos, agora é uma casa melhor. Mas era uma casa de madeira dos meus pais, e naquele tempo o piso era de tábua. E a mamãe passava a cera, aquela cera ainda em lata com uma flanela, passava, de joelho, e vinha passando a cera na casa. E depois vinha com outro pano encerando aquele piso e ficava tão bonito quanto esse aqui. Então, não importa onde você mora. O importante é a educação e a limpeza que você tenha. Então, não adianta ter uma casa linda e maravilhosa e ter um monte de porco morando dentro da casa, quase vai ser um chiqueiro. A realidade é essa. Então, não adianta eu fazer uma cidade linda e a população não ter essa conscientização. Então, a conscientizaçãopassa por nós, o morador. Então, quando o DER fala, quando a Prefeitura fala: "você que está lá, que está trabalhando hoje com ambulante, que vai ser regulamentado, quando tiver tudo ok, para você que está lá, seja nosso fiscal". Porque se você proteger, está protegendo para você e para a população de Porto Velho. Infelizmente tem tanto vândalo que o cidadão tirou uma estaca de madeira e está fazendo churrasco, fazendo fogo para fazer churrasco. Absurdo! Se você passar lá, tem um cara morando lá numa barraca. Já está lá, morando. Não é? Então,e se a Prefeitura tira, aí está lá na internet: "ah, e tal, coitado". Não! Coitado não. Tem que tirar. Se você for à Europa ou aos Estados Unidos, não tem isso, não tem isso. Então, educação tem que ser nossa. O poder público tem sua grande parte de obrigação. Mas eu, como cidadão, tenhoa minha parte de manter a coisa limpa. Então é isso que nós queremos.

Se você for hoje lá a Ouro Preto, a mesma obra que o Governador Confúcio Moura idealizou aqui para Porto Velho ele fez lá em Ouro Preto também. É muito parecido, é muito parecido - não é isso, Francisco? Muito parecido. Só que a diferença é que lá em Ouro Preto é arborizado, é quase dentro da floresta lá, e é muito bonito. Só que lá tem organização. E eu não consigo entender por que a capital não tem essa mesma organização. O cidadão acha bonito jogar uma casca de bombom pela porta do carro, pela janela do carro, uma garrafa. Aí, daqui a pouco, a cidade alaga: "ah, a culpa é do Prefeito". Coitado do prefeito: apanha demais. Por isso que eu falo: prefeito e vereador apanham muito. É por isso que eu fugi desse caminho de prefeito e vereador. Apanham demais.

Audiência pública é para falar: tem alguém da nossa galeria que veio assistir que queira falar? A senhora? Então, venha cá. Venha cá. Aqui a senhora é tratada como uma atriz,uma princesa. Venha cá falar. Já sobe ela aqui, para ela falar aqui, para todo mundo olhar para ela. A senhora é a...?

A SRA. MARIA ROSA - Maria Rosa. **(fora do microfone)**

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Maria Rosa. Então, nós abrimos agora... Tem mais alguém?Seu nome?

O SR. EDNALDO PEREIRA DOS SANTOS – Didi. **(fora do microfone)**

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Didi. Vamos colocar os cinco aqui para falar. Tem mais alguém?Seu nome?

A SRA. MARLISE – Marlise. **(fora do microfone)**

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Marquise? Marlise! Marquise é a empresa de... Venha para cá, venha para cá, venha para cá. Já vão ficando aqui na fila já. Faltam mais dois aqui para a gente pegar uns5 aqui para falar. Tem mais alguém que queira falar? O momento é este. Vocês estão ao vivo aqui para todo mundo, viu? Então, vamos ouvir aqui. Vamos lá, amiga.

A SRA. MARIA ROSA – Eu gostaria de dar meu bom-dia a todos, e dizer o bom-dia a todos os vendedores, que nós ali somos uma família. Como já tem sido citado aqui, nem tudo que se coloca ali o vendedor faz, o ambulante faz. Por quê? A

parte da fiscalização: agente fiscaliza, a gente olha, a gente vai para ali, a gente não deixa o nosso lixo ali jogado. A gente tem a preocupação de, quando terminar, que esteja tudo ensacado. Colocar, deixar lá amarrado para quando o lixeiro passar, fazendo a coleta, esteja tudo organizado. Só que, quando a gente sai dali, chegam outras pessoas que fazem sujeira, quebram garrafas, litros de bebidas, e quem leva a culpa de tudo é o ambulante porque fica lá. É o que as pessoas passam e veem o ambulante. Então, ali nem toda sujeira é o vendedor ambulante que faz. Porque ali são pessoas que têm responsabilidade, são pais e mães de família que vivem ali lutando porque não têm outra renda. Então, ali somos pessoas competentes sim, dignas de serem respeitadas, e respeitar a todos também.

Ali ninguém vê nenhum vendedor ambulante embriagado. Mas os que vão para fazer a bebedeira aparecem depois que nós saímos para nossas casas.

Tratando dos danos que acontecem ali: os ferros da passarela estão levando. Não é nenhum ambulante. Se quiserem mandar um fiscal... Eu acredito quena casa de cada vendedor ambulante ali não tenha nenhum ferro daqueles inox da passarela, na casa de nenhum deles. Estão levando. Quem está levando culpa? "Os vendedores que ficam ali. São os vendedores que estão danificando." Os vendedores dali do Espaço Alternativo são tratados por alguns como o bicho-papão: "eu não vou levar meu filho ali, eu não levo o meu neto, eu não vou levar meu pai ali porque ali é um lugar que a gente não merece ir, faz medo a gente ir". Não, gente, ali todos são pessoas responsáveis, pessoas competentes que estão ali, pessoas que cumprem, lutam para cumprir seus deveres e pagar seus impostos em dia, porque isso é que cada um quer.

Quanto à energia ali, é problemático também. Nem todo ambulante faz uso da energia ali. Para começo, foi um poste que aconteceu um acidente; dois carros entraram ali, bateram no poste, derrubaram; o outro veio, acabou de derrubar; o primeiro não amassou tudo,o segundo veio e quebrou tudo.Começou tudo isso. Nunca ninguém colocou outro poste ali no lugar.

Então com isso se abre um espaço para que coisas erradas venham a acontecer. Mas eu estou aqui. Agradeço ao senhor, Deputado, que tomou essa iniciativa. E quero repetir mais uma vez: ali têm pessoas que trabalham e lutam pelos seus direitos, pessoas responsáveis e competentes. Agradeço e agradeço a todos aqui. Muito obrigado e um bom-dia a todos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado. Essa é a nossa obrigação como homem público. Amanhã sai do mandato, mas deixar um fruto, juntamente com o Governo e com a Prefeitura, de ver o Espaço Alternativo organizado.

Com a palavra, Didi. Didi, Sonrisal, Mocó, colesterol. Cadê a outra moça? Voltou?Não vai falar mais, não?Desistiu?Tá.Falou tudo,não é? Então vai lá, Didi.

O SR. EDNALDO PEREIRA DOS SANTOS – Nobre Deputado, pessoal presente aqui.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Didi, só interrompendo, o Secretário Sérgio vai ter que sair, ele tem uma audiência agora com o Governador. Já agradecendo desde já, Sérgio, obrigado pela presença, manda um abraço para o Coronel Marcos Rocha.

O SR. EDNALDO PEREIRA DOS SANTOS – Então, como eu estava falando e foi falado também aqui, é que não se falou que são todos os ambulantes. O rapaz que falou aqui explicou bastante bem aqui e não se trata de todos os ambulantes. E o que eu queria completar é justamente sobre isso, é que tem pessoas, ambulantes que estão, que fazem as suas frituras ali e jogam o óleo frito na grama; jogam o resto do óleo, aquele óleo queimado, que não servepara mais nada, jogam lá na grama e fica aquela coisa horrorosa lá, está certo?

E a outra observação que tem que fazer é o consumo de, que a colega acabou de falar aqui, de bebidas alcoólicas, que o pessoal joga mesmo, e tudo; e drogas.A gente passa ali, a gente vive cada absurdo, ali. Eu acho que não foi comentado isso aqui, mas todo mundo sabe disso aqui, do uso de entorpecente ali. Às vezes a gente vê uma viatura da Polícia passando, mas a viatura passa, vai e volta, aí é complicado aquilo ali.

Então complementando aqui, eu quero agradecer mais uma vez a oportunidade que o Deputado nos dá de falar, de colocar o nosso ponto de vista, e as demais autoridades aqui presentes. Muito obrigado pela atenção.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Quero aqui agradecer a presença do Sargento Bombeiro Adriano, de Rolim de Moura, daCorporação.Seja bem-vindoà Assembleia Legislativa.

Pessoal, mais alguém? Então, não tendo mais ninguém para falar, nós vamos... Sobre a rodoviária? Está certo. Estão propondo aqui uma Audiência Pública sobre a rodoviária. A gente vai trabalhar nesse caso. Nós temos várias coisas para tratar, não é? Nós temos hoje o cartel do combustível em Rondônia, em Porto Velho também, de combustível, de posto de combustível; nós temos hoje a sonegação dos Bancos, que é outra coisa que chegou para mim muito grave; e eu estou como relator hoje da Energisa, que dia 16, estão todos convidados, dia 16 nós teremos aqui às 9 horas da manhã a Bancada Federal, junto com ANEEL, e no dia 25 nós convidamos o dono da Energisa para estar aqui conosco para a gente ouvir e no final fechar o relatório final sobre a Energisa que vem maltratando o povo do Estado de Rondônia.

A gente vai sair daqui, a gente vai ter, a ata vai estar pronta. Logo que estiver pronta, eu vou encaminhar ao DER, vou encaminhar à SEMOB e vou encaminhar ao Governo do Estado, juntamente à Prefeitura do Município, está certo?

Eu quero agradecer aqui a todos. Muito obrigado pela vinda de vocês aqui. Vamos orar a Deus, pedir a Deus que nós consigamos realizar os nossos sonhos de ter uma cidade melhor e organizada. Mas também que nós possamos cuidar.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Tenham todos um bom-dia.

(Encerra-se esta Audiência às 10 horas e 56 minutos)

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Planejamento e Orçamento
Plano de Programação Financeira - Exercício 2020
Anexo I do Ato da Secretaria Geral nº 001/2020-SG/ALE - Plano de Gasto

ANTECIPAÇÕES DE COTAS FINANCEIRAS - JANEIRO/2020

Especificação	Grupo	LOA 2020	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Despesa com Pessoal						
Pessoal e Encargos Sociais	101	159.577.120,00	159.577.120,00			
Auxílios a Servidores	102	26.296.000,00	26.296.000,00			
Benefícios Salariais Programáveis	103					
Outras Despesas com Pessoal	199					
Total		**185.873.120,00**	**185.873.120,00**	-	-	-
Encargos Especiais						
Sentenças Judiciais	201	2.500.000,00	625.000,00	625.000,00	625.000,00	625.000,00
Requisição de Pequeno Valo -RPV	202					
Serviço da Dívida	203					
Tributos	204	71.000,00	17.750,00	17.750,00	17.750,00	17.750,00
Total		**2.571.000,00**	**642.750,00**	**642.750,00**	**642.750,00**	**642.750,00**
Outras Despesas Correntes						
Serviços Essenciais	301	2.869.000,00	1.434.500,00	-	717.250,00	717.250,00
Fornecimento de Alimentação	302					
Serviços de Saúde	303					
Locação de Bens Móveis e Imóveis	304	344.000,00	174.785,00	-	169.215,00	-
Combustíveis e Lubrificantes	305	210.000,00	105.000,00	-	52.500,00	52.500,00
Material de Consumo	306	5.329.000,00	1.332.250,00	1.332.250,00	1.332.250,00	1.332.250,00
Publicidade e Propaganda	307	15.104.000,00	5.517.929,99	2.034.070,01	3.776.000,00	3.776.000,00
Serviços de Manutenção e Conservação	308	2.795.000,00	698.750,00	698.750,00	698.750,00	698.750,00
Serviços de Vigilância	309					
Serviços de Limpeza e Conservação	310					
Diárias e Passagens	311	2.319.000,00	1.159.500,00	-	579.750,00	579.750,00
Auxílios a Entidade Públicas e Privadas	312					
Despesas de Exercícios Anteriores	313	81.000,00	20.250,00	20.250,00	20.250,00	20.250,00
Outras Despesas Correntes	399	24.950.000,00	6.237.500,00	6.237.500,00	6.237.500,00	6.237.500,00
Total		**54.001.000,00**	**16.680.464,99**	**10.322.820,01**	**13.583.465,00**	**13.414.250,00**
Investimentos e Inversões Financeiras						
Obras	401	4.600.000,00	1.150.000,00	1.150.000,00	1.150.000,00	1.150.000,00
Equipamentos e Material Permanente	402	6.743.000,00	1.685.750,00	1.685.750,00	1.685.750,00	1.685.750,00
Outros Investimentos e Inversões	499	500.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00
Total		**11.843.000,00**	**2.960.750,00**	**2.960.750,00**	**2.960.750,00**	**2.960.750,00**
Total Geral		**254.288.120,00**	**206.157.084,99**	**13.926.320,01**	**17.186.965,00**	**17.017.750,00**

Observação: Adequações promovidas por meio de autorização da Secretaria Geral, conforme MEMº. Nº. 010/SPO/ALE/RO - 2020LF0022, 2020LF0023 E 2020LF0024; eMEMº.Nº. 011/SPO/ALE/RO - 2020LF0025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Planejamento e Orçamento
Plano de Programação Financeira - Exercício 2020
Anexo I do Ato da Secretaria Geral nº 001/2020-SG/ALE - Plano de Gasto

ANTECIPAÇÕES DE COTAS FINANCEIRAS - FEVEREIRO/2020

Especificação	Grupo	LOA 2020	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Despesa com Pessoal						
Pessoal e Encargos Sociais	101	159.577.120,00	159.577.120,00			
Auxílios a Servidores	102	26.296.000,00	26.296.000,00			
Benefícios Salariais Programáveis	103					
Outras Despesas com Pessoal	199					
Total		**185.873.120,00**	**185.873.120,00**	-	-	-
Encargos Especiais						
Sentenças Judiciais	201	2.500.000,00	625.000,00	625.000,00	625.000,00	625.000,00
Requisição de Pequeno Valo -RPV	202					
Serviço da Dívida	203					
Tributos	204	71.000,00	17.750,00	17.750,00	17.750,00	17.750,00
Total		**2.571.000,00**	**642.750,00**	**642.750,00**	**642.750,00**	**642.750,00**
Outras Despesas Correntes						
Serviços Essenciais	301	2.869.000,00	1.434.500,00	-	717.250,00	717.250,00
Fornecimento de Alimentação	302					
Serviços de Saúde	303					
Locação de Bens Móveis e Imóveis	304	344.000,00	174.785,00	-	169.215,00	-
Combustíveis e Lubrificantes	305	210.000,00	105.000,00	-	52.500,00	52.500,00
Material de Consumo	306	5.329.000,00	1.332.250,00	1.332.250,00	1.332.250,00	1.332.250,00
Publicidade e Propaganda	307	15.104.000,00	5.527.929,99	2.024.070,01	3.776.000,00	3.776.000,00
Serviços de Manutenção e Conservação	308	2.795.000,00	698.750,00	698.750,00	698.750,00	698.750,00
Serviços de Vigilância	309					
Serviços de Limpeza e Conservação	310					
Diárias e Passagens	311	2.319.000,00	1.159.500,00	-	579.750,00	579.750,00
Auxílios a Entidade Públicas e Privadas	312					
Despesas de Exercícios Anteriores	313	81.000,00	20.250,00	20.250,00	20.250,00	20.250,00
Outras Despesas Correntes	399	24.950.000,00	6.237.500,00	6.237.500,00	6.237.500,00	6.237.500,00
Total		**54.001.000,00**	**16.690.464,99**	**10.312.820,01**	**13.583.465,00**	**13.414.250,00**
Investimentos e Inversões Financeiras						
Obras	401	4.600.000,00	1.150.000,00	1.150.000,00	1.150.000,00	1.150.000,00
Equipamentos e Material Permanente	402	6.743.000,00	1.685.750,00	1.685.750,00	1.685.750,00	1.685.750,00
Outros Investimentos e Inversões	499	500.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00
Total		**11.843.000,00**	**2.960.750,00**	**2.960.750,00**	**2.960.750,00**	**2.960.750,00**
Total Geral		**254.288.120,00**	**206.167.084,99**	**13.916.320,01**	**17.186.965,00**	**17.017.750,00**

Observação: Adequações promovidas por meio de autorização da Secretaria Geral, conforme MEMº. Nº. 012/SPO/ALE/RO - 2020LF0026.

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº0471/2020-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.28 do §3º da LC nº 1056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

A L T E R A R,

A composição da Comissão de Acompanhamento, Fiscalização de Informática, instituída pelo Ato nº 1410/2019-SRH/P/ALE, Publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 40 de 13/03/2019, a contar de 28 de fevereiro de 2020.

Presidente:	IRENILSON SILVA PAIZANTE
Membros:	DANIEL BENVINDO DE CARVALHO
	RICARDO GIL COSTA
Suplentes:	DERICK GONÇALVES NUNES
	KIM ROBER LEITE LIMA SAMPAIO

Porto Velho, 12 de março de 2020.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral - ALE/RO

ATO Nº0472/2020-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução n° 461, de 13 de novembro de 2019, resolve:

D E S I G N A R

O servidor **IRENILSON SILVA PAIZANTE**, matrícula nº 200166164, em substituição ao Gestor **JUCINALDO SILVA DE SOUZA**, do Contrato nº 036/2019, do Processo Administrativo nº 0943/2013-15, a contar de 28 de fevereiro de 2020.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral - ALE/RO

ATO Nº0476/2020-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução n° 461, de 13 de novembro de 2019, resolve:

D E S I G N A R

O servidor **DALMYR FIGUEIREDO GOMES JUNIOR**, matrícula nº 200165839, ocupante do Cargo de Assessor da Mesa Diretora, para responder pela Secretaria Legislativa, no período de 02 a 30 de março de 2020.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral - ALE/RO

ATO Nº0477/2020-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução n° 461, de 13 de novembro de 2019, resolve:

D E S I G N A R

O servidor **JACO MACHADO TEIXEIRA**, matrícula nº 100007965, como Gestor da Ata de Registro de Preços nº 020/2019/ALE-RO, conforme o Processo Administrativo nº 5740/2019-66, a contar de 02 de março de 2020.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral - ALE/RO

ATO Nº0478/2020-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução n° 461, de 13 de novembro de 2019, resolve:

D E S I G N A R

O servidor **IRENILSON SILVA PAIZANTE**, matrícula nº 200166164, Gestor do Contrato nº 03/2020, conforme o Processo Administrativo nº 13160/2019, a contar de 28 de fevereiro de 2020.

Porto Velho, 12 de março de 2020.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral - ALE/RO

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ADENDO MODIFICADOR Nº 001
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020/CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 007922/2019-44

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO**, por meio de seu Pregoeiro, designado através do **ATO nº 0371/2020-SRH/SG/ALE**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, alusivo ao **Pregão Eletrônico nº 005/2020/CPP/ALE/RO,** que tem por objeto a **contratação de instituição bancária para operar os serviços de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores ativos e subsídios e salários de parlamentares e pensionistas da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, em caráter de exclusividade, com a instalação de terminais bancários denominados caixas eletrônicos, no Palácio Marechal Rondon, localizada à Av. Farquar nº 2562 - Olaria, CEP 76801-189 nesta cidade de Porto Velho/RO,** que em face da NECESSIDADE DE AJUSTES, **houve correção no Edital e seus anexos**, com NOVA REDAÇÃO, a saber:

DO EDITAL:

2. DO OBJETO

2.3. O prazo para início dos serviços de operacionalização, incluindo a instalação dos caixas eletrônicos, é de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

8. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

8.1. A proposta eletrônica deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do site: www.licitacoes-e.com.br, a partir da liberação do edital, a partir da liberação do edital, até as 09h00min do dia 30 de março de 2020, horário de Brasília-DF.

DO TERMO DE REFERÊNCIA:

5. INFORMES NECESSÁRIOS À FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1.2. O valor médio bruto mensal da folha de pagamento, utilizado como parâmetro, é de R$ 12.237.947,90 (doze milhões, duzentos e trinta e sete mil, novecentos e quarenta e sete reais e noventa centavos).

6. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. A CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento do valor ofertado em parcela única, **em até 40 (quarenta) dias corridos** após a assinatura do contrato, mediante ordem bancária creditada

na conta da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no Banco do Brasil S/A, **Agência 2757-X**, conta nº 63.367-4, CNPJ nº 04.794.681/0001-68.

11. PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS/ATIVIDADES

11.1. Serviços de processamento e gerenciamento da Folha de Pagamento, deverão ser executados em até **60 (sessenta) dias corridos** da assinatura do contrato;

11.2. O prazo para instalação física dos terminais de caixa eletrônicos em até **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato;

DA MINUTA DO CONTRATO:

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E DA FORMA DE EXECUÇÃO

5.3. Prazo para início dos serviços de operacionalização, incluindo a instalação dos Caixas Eletrônicos, será de até **60 (sessenta), dias corridos** a contar da assinatura do contrato.

Em face do exposto, nos termos do § 4º, do Art. 21, da Lei 8.666/93, fica reaberto o prazo inicialmente estabelecido, logo, a sessão de abertura dar-se-á no dia **30 de março de 2020, às 09h00min e a disputa de preços às 10h:00min (horário de Brasília).**

Porto Velho/RO, 13 de março de 2020.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro CPP/ALE/RO

AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020/CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 0007922/2019-44

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO**, por meio de seu Pregoeiro, designado através do **ATO Nº 0371/2020-SRH/SG/ALE**, torna público aos interessados, em especial, as empresas que retiraram o Edital que a licitação suspensa em **06/03/2020**, tendo por finalidade a **Contratação de instituição bancária para operar os serviços de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores ativos e subsídios e salários de parlamentares e pensionistas da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, em caráter de exclusividade, com a instalação de terminais bancários denominados caixas eletrônicos**, a pedido da **Superintendência de Finanças**, dar-se-á no dia **30 de março de 2020, às 09:00hs**, em face do **ADENDO MODIFICADOR Nº 001.**

Porto Velho-RO, 13 de março de 2020.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO

AVISO DE LICITAÇÃO*
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2020/CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 0018757/2019-15

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO**, por meio de seu Pregoeiro, designado através do **ATO Nº 0371/2020-SRH/SG/ALE**, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente edital de licitação, que se realizará na modalidade **pregão**, na forma **eletrônica**, observando-se as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto Estadual nº 21.675/2017, da Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 7.892/2013 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, conforme as especificações e condições a seguir:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e conservação predial, nas áreas internas, externas e esquadrias (face interna), apoio administrativo, operacional e copa/cozinha, com fornecimento de mão de obra e insumos, por um período de 12 (doze) meses, a pedido da **Superintendência de Logística** e do **Departamento de Polícia Legislativa** e do **Departamento de Cerimonial,** para atender às necessidades da **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, conforme quantidades e especificações estipuladas no Temo de Referencia – Anexo I do Edital. VALOR ESTIMADO: **R$ 5.404.815,60** (cinco milhões, quatrocentos e quatro mil, oitocentos e quinze reais e sessenta centavos).

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's - (x) NÃO
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia: **27 de março de 2020, Hora: 09h00min.**
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia: **27 de março de 2020, Hora: 10h00min.**
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: www.al.ro.leg.br - licitações; www.licitacoes-e.com.br Esclarecimentos: cpl@ale.ro.gov.br Telefone/FAX: (0xx) 69-3218-1496

Porto Velho-RO, 13 de março de 2020.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO